

**APONTAMENTOS SOBRE O IMPERIALISMO BRASILEIRO**  
**NOS GOVERNOS LULA E FHC<sup>1</sup>**  
*NOTES ABOUT THE BRAZILIAN IMPERIALISM IN THE*  
*GOVERNMENTS LULA AND FHC*

*Anderson Deo<sup>2</sup>*

**RESUMO:** Entre as várias mudanças que o processo de abertura econômica e financeira iniciado em 1990 impulsionou, chamamos a atenção aquela que diz respeito ao papel ocupado por empresas brasileiras no cenário internacional. Dito de outro modo, trata-se aqui do caráter imperialista, ou para ser mais preciso, do *imperialismo subordinado* exercido pelo capital de origem brasileira – ou mesmo internacional, mas que possui sua “base geográfica” no Brasil – no atual momento de internacionalização do capital.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imperialismo Brasileiro. Internacionalização Financeira. Estados Periféricos.

**ABSTRACT:** Among the several changes propelled by the financial and economic process, which began in 1990, the one which calls our attention is the one related to the role that Brazilian companies occupy in the international canary. In other words, it's the imperialist character or, to be more precise, the *subordinated imperialism* which is carried out by the capital of Brazilian origin – or even international, but which has its “geographical basis” in Brazil – at the current moment of the capital internationalization.

**KEYWORDS:** Brazilian Imperialism. Financial Internationalization. Peripheral States.

## INTRODUÇÃO

O fenômeno a que identificamos como imperialismo brasileiro não é algo “novo”, apesar de recente, se tomado em perspectiva histórica. Ruy Mauro Marini o identifica como um processo próprio de economias dependentes “intermediárias” (industrializadas), que passam a exercer tal papel na divisão internacional do trabalho já a partir da década de 1950 (Cf. MARINI, 1974).

Segundo Marini, o processo de industrialização via substituição de importações, observado em economias dependentes – como a brasileira –, produziu uma série de

<sup>1</sup> Texto baseado na Comunicação apresentada no “IV Seminário Científico Internacional – Teoria Política do Socialismo: Antonio Gramsci: a periferia e os subalternos”, realizado na Unesp de Marília, em agosto de 2011, em reflexão que se baseia na pesquisa de doutorado (Cf. DEO, 2011).

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais UNESP/Marília.

condicionantes particulares à realização do capital. O autor argumentava que esta dinâmica industrial produziu um mercado interno de consumo insuficiente à realização de elevadas taxas de mais-valia e, conseqüentemente, de lucros, pois destinou-se a pequenas parcelas da população, a saber, a alta burguesia, mas também setores médios da mesma classe. Diante da ausência de um mercado de consumo de massas interno, os mercados externos surgiram como elemento de realização de elevadas taxas de lucro. Importante caracterização desse processo é a questão da remuneração da classe trabalhadora. A concentração e a monopolização dos setores produtivos seria um resultado direto da industrialização via substituição de importações; tais monopólios exerceriam uma super-exploração da mão-de-obra, extraindo desta, índices elevados de mais-valia. Daí se desdobrariam duas conseqüências: a já referida incapacidade de estruturação de um mercado de consumo de massa interno, e a atuação do Estado como principal investidor em setores econômicos estratégicos, como infraestrutura e indústria de base – ou do departamento 1, para utilizar uma linguagem própria ao marxismo. O Estado passaria a agir, portanto, com vistas a impulsionar o consumo interno, na medida em que geraria renda a uma parcela de trabalhadores que, até então, estava excluída do consumo. Além disso, o Estado passaria a atuar como exportador de capitais através da expansão de empresas estatais para além de suas fronteiras nacionais. Paralelamente ao processo de substituição de importações, observa-se um extraordinário desenvolvimento do capital financeiro, pois este passa a ser fundamental à realização deste tipo de industrialização (Cf. MARINI, 1974)<sup>3</sup>.

Quando de sua elaboração, Marini identificou que um elemento fundamental à compreensão do fenômeno por ele denominado *subimperialismo* é a relação entre o capitalismo dominante e as economias dependentes. O que caracterizaria esta dependência é o fato de as economias dependentes transferirem parte significativa de suas taxas de lucro para os países centrais, que controlam o capitalismo mundial. Assim, as burguesias instaladas nas economias intermediárias “lançam mão da super-exploração do trabalho e da conquista de uma esfera de influência própria, onde tenham uma hegemonia regional como mecanismo de compensação do produto excedente” (Cf. LUCE, 2008) que fora transferido aos pólos hegemônicos do capital (Cf. MARINI, 1974).

## NOVOS CONTORNOS DO IMPERIALISMO BRASILEIRO

As formulações acima expostas tiveram lugar na década de 1970, quando Marini buscou compreender as, então, recentes transformações observadas na economia brasileira, motivadas pela expansão industrial dos anos 1950. Como apontado em nossa introdução, as elaborações desenvolvidas por Marini possuem validade teórica, porém, estão inseridas num dado contexto de desenvolvimento industrial do país que, por mais que mantenham suas características essenciais, passaram por transformações em suas formas de reprodução.

Assim, se algumas características do subimperialismo, apontadas por Marini, ainda se fazem presentes – tais como a tendência à concentração monopolista do capital, aliás, apontada primeiramente por Marx – e se intensificam na atualidade brasileira, outras não foram tratadas pelo autor, ou quando o fez, não as desenvolveu de forma suficiente – até porque o momento histórico não lhe permitia –, como por exemplo, o papel desempenhado pelo Estado brasileiro e

<sup>3</sup> Em especial, o *Prefácio* da referida edição.

sua relação com o capital financeiro mundial – portanto, imperialista – na composição daquilo que aqui denominamos como uma forma específica de *imperialismo subordinado*.

Utilizamos aqui as precisas formulações de Fontes sobre tal problemática:

[...] Para dar conta do processo real em curso, é preciso incorporar as formas específicas de interpenetração de capitais no plano internacional, sob o predomínio do capital monetário contemporâneo, que conduziu a um aprofundamento da “união íntima” [...], em direção a uma  *fusão pornográfica*  de capitais das mais variadas precedências, cuja valorização exige e impõe as mais variadas formas de extração de sobretrabalho e expropriação. Mais ainda, é preciso compreender as formas específicas da política capital-imperialista. Se identificar os traços que configuram as periferias segue sendo fundamental, estes não são estáveis e se alteram segundo as modalidades de dominação e subordinação em curso, sob uma nova escala de concentração de capitais e divisão internacional do trabalho. (FONTES, 2010, p. 359).

Em que pese o caráter referencial da obra de Marini e a contextualização histórica de seus textos, o fato é que a dinâmica do imperialismo brasileiro apresenta características atuais que não foram tratadas pelo autor. Assim o caráter subordinado e dependente do desenvolvimento – desigual e combinado – sociometabólico brasileiro manifestar-se-á também na composição do imperialismo desenvolvido pela burguesia internamente instalada, ou, na conceituação de Fontes, do *capital-imperialismo* brasileiro (Cf. FONTES, 2010).

Procuraremos demonstrar a seguir, como a expansão de empresas brasileiras rumo aos mercados externos a partir da década de 1990, principalmente pela América Latina, delineiam os elementos que nos permitem identificar o papel imperialista (subordinado) exercido pelo capital de origem brasileira.

Afirmamos acima que a concentração e conseqüente formação de capitais monopolistas é uma tendência imanente ao processo de desenvolvimento do capitalismo. Os autores que primeiro teorizaram sobre os condicionantes e caracterizações da fase *imperialista* de expansão do capital sinalizaram de forma explícita e precisa para a questão<sup>4</sup>. No Brasil, desde os primeiros vagidos da industrialização, a tendência à formação de monopólios já se faz presente. A partir dos anos de 1950, tal processo se acentua devido à intensificação da industrialização.

No entanto, nada se compara ao que passamos a observar a partir da abertura econômico-financeira inaugurada por Collor de Mello, sobretudo nos anos posteriores à quebra dos monopólios estatais, já durante o governo de Fernando Henrique, e à posterior venda das empresas públicas, principalmente para o capital estrangeiro. O monopólio de setores estratégicos da economia brasileira foi rapidamente transferido do controle estatal para o

<sup>4</sup> No início do século XX, os teóricos que discutiam as relações econômico-políticas entre os centros desenvolvidos do capital e as periferias exploradas, desenvolveram o conceito de *imperialismo* para caracterizar tais relações. Em 1902, vem a público a obra de John A. Hobson, *O imperialismo*, primeiro livro, segundo Lenin, a fazer “uma descrição excelente e pormenorizada das particularidades econômicas e políticas do imperialismo” (Cf. LENIN, 2008). Outra obra importante do período é *O capital financeiro*, de Rudolf Hilferding. Ainda nas palavras de Lenin “a obra mencionada constitui uma análise teórica extremamente valiosa da  *fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo* ”, sendo este, inclusive, o subtítulo do livro. Rosa Luxemburg também discutiu o tema em seu importante livro *A acumulação do capital*. O autor russo também se dedicou ao tema ao publicar, às vésperas da Revolução Bolchevique, a importante brochura *O Imperialismo – fase superior do capitalismo*, obra com a qual apoiaremos nossa leitura sobre os fundamentos da internacionalização do capital. (Cf. LENIN, 2008). Engels e Marx apenas “tatearam” a questão da *tendência à monopolização do capital*, sem, no entanto, aprofundarem a temática. Mesmo porque, no momento em que viveram, tais condições não estavam plenamente desenvolvidas. De qualquer forma, podemos encontrar algumas considerações iniciais em ENGELS (1981) e MARX (2008).

controle privado. Durante o governo Lula, todos os recordes anteriores foram superados quando o assunto são *fusões e aquisições* – eufemismo mercadológico cujo significado é a formação de capitais monopolistas. Esta foi a forma encontrada por grandes empresas de capital brasileiro para “fazerem frente” à concorrência externa. Importante apontar que nesse processo algumas empresas estrangeiras também foram incorporadas por brasileiras, denotando novos elementos nesse momento da concentração de capitais em solo brasileiro.

Tal movimentação de capitais pode ser verificada a partir do número de fusões e aquisições no período mencionado, bem como do volume de recursos que estas envolveram<sup>5</sup>. O número total deste tipo de transação foi de 227 em 2002; 230 em 2003; 290 em 2004; 363 em 2005; e 473 em 2006 (Cf. BORGES e COSTA, 2008). O volume de recursos envolvidos nas transações foi, respectivamente, US\$ 15 bilhões; US\$ 17,1 bilhões; US\$ 23,1 bilhões; US\$ 14,9 bilhões; e US\$ 54 bilhões! (TEMPORADA, 16/11/2006).<sup>6</sup>

Paralelamente a esse processo de monopolização capitalista, observamos a “investida” de empresas brasileiras no mercado exterior, via exportação de capitais. Em 1980, o montante de investimento direto de empresas brasileiras no exterior era de US\$ 38,5 bilhões. Este valor saltou para US\$ 51,9 bilhões, em 2000, e atingiu US\$ 129,8 bilhões, em 2007, segundo dados da UNCTAD (Cf. HERNANDES, 2010). Segundo o órgão da ONU, três empresas brasileiras figuravam entre as cinquenta maiores “multinacionais de países emergentes”, a saber, Petrobras, Vale do Rio Doce e Gerdau. Os dados a seguir, referentes ao ano de 2006, nos oferecem a real medida da expansão do imperialismo brasileiro.

A Gerdau possuía 30 unidades espalhadas por sete países, sendo que quase a metade do seu faturamento (R\$ 25,5 bilhões) em 2005 foi proveniente dessas filiais. A Votorantim penetrou no mercado canadense e estadunidense – controlando 5% da produção de cimento neste último – implantando 40 unidades entre os dois países. A Vale do Rio Doce já era a quarta maior mineradora do mundo, atuando em mais de 20 países. Após a fusão com a americana Springs, a Coteminas se transformou na líder mundial no setor de têxteis para cama, mesa e banho, contando com 36 fábricas em cinco países. Com operação em seis países, a Santista passou a ocupar a liderança mundial no mercado de denim a partir da fusão com a espanhola Tavex (O BRASIL, 24/03/2006)<sup>7</sup>.

Apesar da expansão mundo afora, o principal “mercado de atuação” dos capitais monopolistas brasileiros no exterior foi – e é – a América do Sul. À exceção das Guianas e do Suriname, observamos a presença de empresas brasileiras em todos os países da região, atuando principalmente nos ramos de produção de energia, metalurgia, construção civil e alimentos.

<sup>5</sup> Para este artigo, utilizaremos os dados pertinentes ao período de 2002 a 2006 por entendermos que tais números refletem claramente a concentração de capitais no país. Isso não quer dizer, no entanto, que esta seja uma característica exclusiva do primeiro mandato de Luis Inácio. Pelo contrário, o processo é anterior, e se mantém durante o segundo mandato do referido presidente (2007-2010). A diferença é a intensidade com que ocorre, ou seja, se é verdade que as operações de fusão e aquisição já se fazem perceber a partir dos anos de 1990, também é verdade que elas se multiplicam vertiginosamente no governo Lula.

<sup>6</sup> Observe-se que o valor das transações para o ano de 2006 foram computados até novembro, mês de publicação da matéria. O ano de 2007 ficou marcado como aquele em que o número de fusões e aquisições atingiu seu maior patamar, 699 no total, com o crescimento de, aproximadamente, 25% no valor das transações.

<sup>7</sup> Com relação à Vale do Rio Doce, no final de 2005, a empresa adquiriu a canadense Canico. Em torno de abril de 2011, os trabalhadores da empresa no Canadá completavam um ano de paralisação/greve, devido à reestruturação produtiva imposta pelos novos donos, o que gerou desemprego e precarização das condições de trabalho.

Ou seja, como afirmado anteriormente, setores produtivos que envolvem a utilização de baixa ou média densidade tecnológica em suas cadeias produtivas.

No Uruguai, através da aquisição de frigoríficos locais e de terras agricultáveis, observou-se recentemente uma penetração vertiginosa de capital estrangeiro. Em 2006, 50% das exportações realizadas pela agroindústria uruguaia, era controlada por grupos estrangeiros, entre eles alguns brasileiros exerceram papel de liderança, tais como os frigoríficos Bertin e Marfrig. O caso que mais chama atenção é o deste último; através de quatro aquisições envolvendo empresas uruguaias e argentinas, a Marfrig tornou-se o maior exportador de carnes do Uruguai, isso num país onde somente a pecuária responde por 25% das exportações (Cf. LUCE, 2008). Além da exploração produtiva propriamente dita, as taxas de lucro da burguesia agrária brasileira foram incrementadas através da exploração da renda da terra, pois todo esse processo de aquisições envolveu a compra de propriedades rurais a preços muito baixos.

No Paraguai, estima-se que entre 90 e 95% da produção de soja seja controlada por “brasiguayos”. Latifundiários brasileiros se deslocaram, desde a década de 1950, para as regiões do alto Paraguai e de Canideyú, e somavam em 2008, algo em torno de 380 mil habitantes, aproximadamente 10% da população do país. Somente nessas duas regiões, controlavam 40% do território e mais de 80% da produção de soja provinham de suas terras. É importante apontar que, em 2004, o Paraguai figurava como o terceiro maior produtor de soja da região e o sexto maior do mundo, sendo a *commodities* o principal produto da pauta exportadora do país. Além da exploração de capitais brasileiros privados, o Paraguai presencia ainda a interferência do “imperialismo estatal” brasileiro. Referimo-nos aos acordos que deram origem à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Tais acordos datam da década de 1970, e foram extremamente favoráveis ao governo brasileiro. Assim, o Paraguai ficou proibido de vender, para outro país que não seja o Brasil, o excedente energético da parte que lhe é conferida pelo acordo; junte-se a isto o fato de os preços pagos pelo Brasil pela energia excedente que o vizinho lhe destina, estarem muito abaixo dos valores considerados adequados; completando o quadro, a dívida que o Paraguai contraiu junto ao Brasil durante o período de construção da usina só fez aumentar, devido às altas taxas de juros praticadas (Cf. LUCE, 2008). Tal quadro explica as recentes contendas entre os dois países, onde de certa maneira, o governo paraguaio tentou reagir à subordinação imposta pelas necessidades energéticas do capitalismo brasileiro.

A crise na qual está mergulhada a nação argentina desde 2001 produziu efeitos nefastos para o conjunto de sua economia. Resultado direto do avanço das políticas liberais implementadas pela burguesia daquele país, que, assim como no Brasil, seguiu o receituário do Consenso de Washington, um de seus principais efeitos foi a transferência – via fusões e aquisições – de empresas que passaram a ser controladas pelo capital monopolista de origem brasileira. Em 2005, a JBF Friboi incorporou a Swift Armour, maior empresa frigorífica argentina até então; também em 2005, a Loma Negra, então maior produtora de cimento do país – responsável por metade da produção nacional –, foi adquirida pela Camargo Correa; a brasileira Ambev incorporou a Quilmes a partir de 2002, monopolizando o mercado cervejeiro argentino; a Petrobras, também em 2002, passa a controlar as operações da Pecom, incorporando parte importante da produção petrolífera da YPF na Argentina, além das atividades da empresa em outros países latino-americanos (Cf. LUCE, 2008). A disputa entre as burguesias argentina e brasileira tem gerado uma série de conflitos comerciais ao longo dos últimos anos. O principal mecanismo de resolução

dos mesmos tem sido a diplomacia, através do MERCOSUL. Tal disputa representa, na verdade, uma forma de reação ao domínio e hegemonia regionais que o imperialismo brasileiro passa a exercer no chamado “cone sul”. Voltaremos à questão logo à frente.

Referimo-nos acima à atuação da estatal Petrobras na Argentina. A empresa brasileira é, sem dúvida, a principal protagonista na América do Sul na exploração do território nacional de nossos “hermanos”. Os exemplos da Bolívia, do Peru e do Equador são emblemáticos.

Na Bolívia, a Petrobras Bolivia S. A. alcançou a condição de maior empresa em atividade no país no curto período de dez anos. Contando com informações privilegiadas de ex-funcionários da YPF, a empresa brasileira arrematou, no final da década de 1990, os maiores campos de gás natural do país, San Alberto e San Antonio. Logo em seguida (1999), em sociedade com a argentina Pecom, incorporou as refinarias de Santa Cruz e Cochabamba. O monopólio exercido pela empresa sobre a produção de hidrocarbonetos em 2005 é assustadoramente revelador: 45,9% das reservas de gás comprovadas e 39,5% das prováveis; controle sobre todas as etapas da cadeia produtiva; e, depois de incorporar a Pecom (2002), controle de 100% da atividade de refino no país. Além disso, até 2006 – quando o governo boliviano interrompe o bombeamento de gás para o Brasil a fim de rever os preços praticados – a Petrobras vendia gás natural ao Brasil a preços bem inferiores aos praticados pelo mercado (Cf. LUCE, 2008). Vemos, portanto, que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro – no que diz respeito à produção de energia – se sustenta, em grande medida, na exploração de nossos vizinhos, sobretudo Paraguai e Bolívia. Mais uma vez se repete uma outra *lei imanente* ao desenvolvimento do capitalismo, agora em sua fase imperialista: a expansão do capital monopolista e a realização de elevadas taxas de lucro possuem como arrimo a rapina e absorção da riqueza socialmente produzida por outras nações.

A Petrobras também é responsável pela maior área de exploração de petróleo no Perú. Estimativas apontavam, em 2005, para uma produção diária de 100 mil barris de petróleo. Outra empresa que expandiu suas atividades no setor minerador peruano foi a Votorantim. Em 2004, a Votorantim Metais comprou a nipo-canadense Refinaria de Zinc Cajamarquilla – empresa estatal que havia sido privatizada em 1981. A VM-Cajamarquilla ocupava em 2008 o 3º lugar entre as 50 maiores empresas do setor metal-mecânico do país. Isso numa economia cuja exportação de minérios responde por aproximadamente 50% da pauta exportadora. Com a compra de 24,9% do controle da Companhia Minera Milpo em 2005, a VM se transformou no 5º maior produtor mundial de zinco. Um dos principais objetivos dos investimentos do Grupo Votorantim no Peru é oferecer matéria-prima a um baixo custo para suas atividades industriais no Brasil. Ou seja, explora-se a mão-de-obra barata e toda a estrutura produtiva de um país vizinho, para alavancar suas atividades no país de origem.

Ainda no Peru, destacamos a participação de outras duas empresas brasileiras de capital privado: a Vale do Rio Doce e o Grupo Gerdau. Em 2004, a Vale – apoiada pela diplomacia brasileira – obteve a concessão para exploração de fosfato na região de Bayóvar. Os contratos foram amplamente vantajosos para a empresa: entre impostos e royalties a Vale desembolsará US\$ 800 mil anuais contra US\$ 190 bilhões de ganhos, caso sejam alcançadas as metas de produção mínima até 2014. Portanto, uma taxa de lucro de 633% a 760%. Em 2006, o Grupo Gerdau arrematou a siderúrgica estatal Siderperú. O governo de Luis Inácio

desempenhou papel fundamental em favor do grupo brasileiro no processo de privatização da referida siderúrgica (Cf. LUCE, 2008).

No Equador, as atividades da Petrobras se iniciam nos marcos do processo de privatização do setor de hidrocarbonetos daquele país, durante a década de 1990. Saliente-se que em 2004 o setor respondia por, aproximadamente, 56% das exportações equatorianas. A despeito das irregularidades contratuais – a Petrobras não obteve as autorizações necessárias das autoridades daquele país – a estatal brasileira, através da compra da argentina Pecom, passou a controlar 70% das operações do Bloco 18 e do Campo adjacente Palo Azul. Além disso, a empresa brasileira avança sua exploração, desprezando a legislação ambiental equatoriana, pois o Bloco 31 – outra concessão – localiza-se numa das áreas de maior biodiversidade do mundo, em plena Amazônia Equatoriana, região esta habitada por povos indígenas que vivem num isolamento voluntário. Outro grupo que expandiu suas atividades no Equador foi a Construtora Norberto Odebrecht (CNO). Com aproximadamente 75% de suas receitas vinculadas a atividades no exterior, os contratos firmados com o governo equatoriano representam a maior “fatia” dos negócios da empresa na América Latina. Em vinte anos, dez projetos concluídos, concentrando-se em grandes obras de engenharia, tais como a construção de hidrelétricas e a transposição de rios (Cf. LUCE, 2008). Várias foram as contendas resultantes desse processo de expansão do capital monopolista brasileiro rumo ao exterior e, em específico, à América Latina. Como afirmado, a crescente expansão de empresas brasileiras no mercado argentino gerou uma série de manifestações da burguesia daquele país, lideradas pelo então presidente Néstor Kirchner, que reclamava da “invasão dos produtos brasileiros” e da “desnacionalização” das empresas argentinas. Alegava-se que os acordos comerciais firmados no interior do MERCOSUL favoreceram amplamente os capitalistas brasileiros, fato que pode ser comprovado com a constatação do movimento da balança comercial entre os dois países; em 2005, o saldo foi deficitário para a Argentina em US\$ 2,8 milhões, invertendo os saldos positivos anteriores. Apesar das soluções conjunturais, tais disputas estão longe de encontrar uma solução definitiva (A ARTE, 15/06/2010)<sup>8</sup>. De qualquer forma, o fato é que com uma economia extremamente fragilizada desde os “paneļos de 2001”, a Argentina tem pouco poder de reação diante da expansão do capital monopolista radicado no Brasil.

No Paraguai, as reações do governo de Fernando Lugo em 2008, fizeram com que os acordos sobre os preços pagos pelo Brasil fossem revistos. No entanto, até abril de 2010, estes não haviam sido concretizados<sup>9</sup>.

Os casos mais emblemáticos das recentes disputas envolvendo os interesses de empresas brasileiras e os governos de países vizinhos são os da Bolívia e do Equador. Principalmente se levarmos em conta que entre as empresas envolvidas em tais contendas está a principal estatal brasileira, a Petrobras. Na Bolívia, em maio de 2006, uma refinaria da empresa foi ocupada por tropas do exército do país governado por Evo Morales, levando à suspensão do bombeamento de gás natural para o Brasil (Cf. NACIONALIZAÇÃO, 06.12.2009). Em 2008, no Equador,

<sup>8</sup> A reportagem faz referência às recentes medidas da administração de Cristina Kirchner, que “proibiu a entrada no país de alimentos importados que possuíssem similares produzidos localmente”. (A ARTE, 15/06/2010).

<sup>9</sup> Os novos acordos preveem uma elevação do repasse de cerca de US\$ 110 milhões/ano para US\$ 320 milhões /ano por parte dos brasileiros aos paraguaios. Até onde apuramos, os novos números dependiam de aprovação do Congresso Nacional brasileiro. (Cf. LULA, 25/04/2010) Vale ainda ressaltar que 95% da energia produzida pela “binacional” Itaipu é destinada ao Brasil.

o presidente Rafael Correa ameaçou nacionalizar o Bloco 18, no qual opera a Petrobras, caso a empresa não aceitasse as novas regras determinadas pelo governo para a exploração petrolífera. Além disso, o governo de Correa expulsou a Odebrecht do país sob a alegação de que a empresa teria incorrido em várias irregularidades quando da construção da usina hidrelétrica San Francisco, a segunda maior do país (Cf. CRISE, 09.10.2008).

A despeito dos acordos alcançados, ou ainda em discussão, o que podemos observar é que a atuação do governo brasileiro – via Itamarati – buscou garantir a expansão dos capitais monopolistas radicados no país no plano externo. Isso nos remete a outra questão, que diz respeito à política externa brasileira, que, dado o interesse e alcance de nosso trabalho, não podemos senão pontuar.

Nos parece correta a tese que aponta para a atuação da diplomacia brasileira como um dos principais instrumentos – como não poderia deixar de ser – de inserção do imperialismo brasileiro no mundo. Nesse sentido, durante o primeiro mandato de Luis Inácio, o governo brasileiro capturou de maneira precisa (do ponto de vista burguês) as possibilidades que o aquecimento da economia mundial proporcionaram às exportações brasileiras, não só de produtos manufaturados como também de capitais. De tal constatação se desdobram duas consequências correlatas: ao ampliar as relações comerciais brasileiras pelo mundo, principalmente em direção à Europa e à Ásia, o governo buscou alcançar uma relativa – e somente relativa – autonomia em relação à economia estadunidense, ao mesmo tempo em que se abria a possibilidade de exploração de mercados em plena expansão, como a China. Para tanto, e essa é a segunda consequência, o governo – e, em especial, o presidente Lula – deveria consolidar o papel de “líder regional” na América do Sul, dirigindo a economia do subcontinente no atual processo de internacionalização do capital. Tais questões explicam o posicionamento do Brasil diante das assim denominadas “relações internacionais”, sobretudo o protagonismo em fóruns internacionais como o G-20. O envio de tropas brasileiras ao Haiti, a interrupção nas negociações para formação da Alca, bem como os obstáculos erguidos à consolidação da “Rodada de Doha”, a constante crítica ao protecionismo econômico exercido pelos pólos centrais do capitalismo, a candidatura do Brasil para uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU e o papel de interlocutor desempenhado pelo governo brasileiro nos mais diversos conflitos internos da América Latina são exemplos concretos da forma pela qual o Brasil tenta figurar como protagonista no quadro das disputas interimperialistas internacionais<sup>10</sup>.

Motivado ou não pelo cenário econômico internacional favorável, o fato é que, tal quadro de questões diferencia singularmente a postura do governo de Lula da Silva da de seu antecessor, Fernando Henrique, que sempre manteve o país “sob as asas” do imperialismo estadunidense, pelo menos no que diz respeito à política externa brasileira<sup>11</sup>.

Porém, isso não nega, pelo contrário, reafirma a tese por nós aqui defendida do imperialismo brasileiro. A participação do capital financeiro nesse processo de internacionalização nos oferece a precisa dimensão de como, mesmo se tratando de uma expansão de caráter

<sup>10</sup> Lembremo-nos da posição crítica do governo brasileiro diante do golpe de Estado que depôs o presidente hondurenho Manuel Zelaya (2009), bem como das recentes negociações sobre produção nuclear no Irã.

<sup>11</sup> Maciel (Cf. MACIEL, 2010) também identifica esse caráter “independente” da política externa durante o primeiro mandato de Lula como qualitativamente distinta dos governos anteriores. O autor define o processo de expansão do capital monopolista brasileiro como “imperialista”, apesar de apontar para as similaridades deste com o conceito de Marini de “subimperialismo”.



imperialista, esta se concretiza sem romper os laços de associação subordinada em relação aos fluxos centrais da acumulação capitalista.

### **O CARÁTER SUBORDINADO DO IMPERIALISMO BRASILEIRO: O PAPEL DO ESTADO**

A principal forma de as empresas radicadas no Brasil capitalizarem recursos para seus investimentos é através da abertura de capitais no mercado financeiro. Ao lançarem seus “papéis” na bolsa de valores contabilizam bilhões através da especulação, que serão revertidos em investimentos dos mais diversos. Entre estes investimentos, encontram-se as operações de fusões e aquisições no mercado brasileiro e no exterior, que permitiram o processo de expansão do capital monopolista brasileiro rumo aos mercados mundiais. Desde este ponto de vista, o Estado já desempenha um papel fundamental no processo, pois ao garantir os “fundamentos saudáveis” de uma política econômica estabilizadora – entenda-se, controle da inflação/juros elevados, superávit primário/arrocho fiscal, abertura econômica e financeira –, permite o livre circuito do capital especulativo que irá “remunerar” as ações de empresas imperialistas.<sup>12</sup> Em 2006, o valor das empresas listadas na Bovespa havia crescido 76%, quando comparadas com o ano de 2004. Diariamente, circulava pela bolsa cerca de US\$ 1 bilhão; “nunca correu tanto dinheiro pela bolsa”, transformando o capital especulativo “em um instrumento eficaz de financiamento para as empresas, algo inédito no país” (A VEZ, 24/03/2006).

Além da manutenção do modelo econômico orientado pela lógica do capital especulativo, o Estado atuou – e atua – em outras frentes, também de forma extremamente “generosa”, para que empresas capitaneadas no Brasil expandissem seus negócios mundo a fora. Além de todas as facilidades possíveis para a criação de capitais monopolistas – a fiscalização do CADE é quase que uma pró-forma –, o governo brasileiro, através do BNDES, financiou – e financia – diretamente as operações de empresas de capital brasileiro no exterior. Assim, por exemplo, a operação de compra da argentina Swift Armour pela JBS Friboi contou com um empréstimo de US\$ 80 milhões generosamente repassados à empresa pelo banco estatal. Na mesma lógica, obras que seriam executadas pela Odebrecht no Equador foram parcialmente financiadas pelo governo brasileiro – US\$ 119 milhões, aproximadamente. Além disso, o governo de Lula condicionou uma série de empréstimos aos vizinhos sul-americanos, visando proteger os interesses da burguesia radicada no Brasil, interesses que se espalham pelo subcontinente. Assim, quando dos conflitos no departamento de Santa Cruz (Bolívia) em 2008, o governo brasileiro condicionou um empréstimo do BNDES ao governo boliviano a que permanecessem intactas as terras dos produtores de soja brasileiros radicados naquele departamento – a despeito da reforma agrária prevista pela reforma constitucional boliviana<sup>13</sup>.

Importante ainda apontar que a principal forma de capitalização do BNDES foi (é) através da dívida pública. O governo vende títulos da dívida pública com o compromisso

<sup>12</sup> Destaque-se que a proposta de utilização do mercado de capitais como instrumento de desenvolvimento econômico, já se fazia presente durante a campanha de Lula à presidência. Em 17 de outubro de 2002, portanto entre o 1º e 2º turnos do pleito daquele ano, representantes da candidatura de Luiz Inácio e representantes da Bovespa lançaram o documento intitulado *Plano diretor do mercado de capitais*. (Cf. PLANO, 09/10/2010).

<sup>13</sup> Tais reformas deram início a uma reação por parte da burguesia do departamento de Santa Cruz, que passou a reivindicar a autonomia administrativa da região. Luce (2008), analisa de forma precisa as consequências sociais, principalmente para os trabalhadores e povos indígenas, da expansão, segundo o autor, subimperialista brasileira pela América Latina.

de elevada remuneração aos compradores, já que a taxa referencial para este tipo de transação é a Selic. Nos quatro anos do primeiro mandato de Luis Inácio, a referida taxa oscilou entre 26,32% (Maio de 2003) e 13,18% (dezembro de 2006). Lembremo-nos que, assim como o governo anterior, a taxa de juros foi um dos principais instrumentos de controle da inflação da equipe econômica de Lula, daí seu caráter “instável”. Ao mesmo tempo em que o governo brasileiro remunera abundantemente o capital especulativo internacional para capitalizar o BNDES, o banco estatal repassa recursos a empresas radicadas no Brasil a taxas de juros (6,25% ao ano) muito inferiores às estabelecidas na Selic. A partir dessa lógica compreendemos o porquê de o Brasil, durante o governo Inácio da Silva, “trocar” a dívida externa pela dívida interna. Tal mecanismo esteve vinculado subordinadamente aos interesses do capital financeiro internacional, muito bem representado por nosso *operário rentista*.<sup>14</sup>

Os recursos necessários ao pagamento da dívida externa são provenientes da elevada tributação brasileira. Assim, o Estado exerce o papel de “valorizador do capital” ao transformar a dívida pública em ativos financeiros, contribuindo decisivamente com a lógica do capital fictício através da “rolagem” da dívida pública (Cf. MACIEL, 2010 e PAULANI, 2009). Segundo David Maciel, somente o Estado pode exercer essa função no cenário financeiro “devido à sua capacidade de realizar uma ‘punção’ sobre a mais-valia social e a renda salarial” através, precisamente, da tributação,

[...] Para tanto, é crucial que parte do montante arrecadado pelo Estado seja ‘reservado’ para pagar os juros e serviços da dívida pública, negociados no mercado financeiro; o que explica a política de superávit primário, as reformas da previdência, os cortes de gastos, a lei de responsabilidade fiscal e o próprio programa de privatizações, que livrou o Estado do ônus de financiar ‘gigantes acorrentados’ [...].(Cf. Maciel, 2010)<sup>15</sup>

Ou seja, o conjunto de medidas preconizadas pelos organismos financeiros internacionais, cuja matriz era as determinações do Consenso de Washington.

Portanto, na lógica mundializada pelo capital financeiro, o Estado brasileiro passa a exercer o papel de “lastro” que, por meio de uma intensa “política fiscal”, transfere grande parte da renda salarial dos trabalhadores e da mais-valia social de parcelas do capital produtivo para o capital financeiro. Aos capitalistas do setor produtivo resta, no entanto, a possibilidade de financiamento – via Estado – para ampliarem suas atividades, tanto no mercado externo, como internamente, o que explica parcialmente a retomada do crescimento do PIB a partir do governo Lula – ainda que muito modestas durante o primeiro mandato. Aos trabalhadores, atenuam-se e diversificam-se as formas de exploração sobre sua mão-de-obra.

Observamos, portanto, como que a composição e a expansão do capital monopolista radicado no Brasil se vincula umbilicalmente ao movimento do capital financeiro através da intermediação do Estado. Reafirmam-se, desta maneira, a *forma de ser precisamente assim* do

<sup>14</sup> Dois dos maiores jornais de circulação nacional traziam matérias apontando para o crescente papel desempenhado pelo BNDES no financiamento de empresas brasileiras no Brasil e no exterior. (Cf. DOZE, 08.08.2010). Em 5 de agosto de 2010, entidades ligadas aos interesses empresariais no Brasil, assinaram um informe publicitário intitulado *Em defesa do investimento*, publicado nos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*. No documento, as entidades signatárias defendiam a continuidade e a ampliação dos financiamentos do BNDES, praticados pelo governo de Luiz Inácio.

<sup>15</sup> Em Maciel (2010), o autor esclarece que a expressão “gigantes acorrentados” é de Francisco de Oliveira.

capitalismo brasileiro, pois, mesmo que numa fase imperialista, a burguesia internamente instalada se apóia na associação subordinada ao capital internacional – agora financeirizado –, bem como na atuação do Estado, como elementos centrais à realização de seus interesses.

## REFERÊNCIAS

*A ARTE de viver com um vizinho em crise*. Revista Exame. 15 jun. 2010. Disponível em <<http://portalexame.abril.com.br/economia/noticias/arte-conviver-visitinho-crise-569626.html?page=2>>. Acesso em 08 ago. 2010.

*A VEZ das gigantes do mundo emergente*. Revista Exame, 29 mar. 2006. Disponível em:<<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0864/negocios/m0081212.html>>. Acesso em 29 jul. 2010.

BORGES, A. C. G.; COSTA, V. M. H. de M. *Fusões e aquisições: caracterização e evolução no Brasil no período de 1992 a 2007*. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 28, 2008, Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008\\_TN\\_STO\\_075\\_532\\_11385.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_TN_STO_075_532_11385.pdf)>. Acesso em: 04 ago. 2010.

*CRISE entre Brasil e Equador pode afetar integração*. 09 out. 2008. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/mundo>>. Acesso em 08 ago. 2010.

DEO, Anderson. *A consolidação da social democracia no Brasil: forma tardia de dominação burguesa nos marcos do capitalismo de extração prussiano-colonial*. Marília: UNESP, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, abril de 2011.

*DOZE grupos ficam com 57% de repasses do BNDES*. Folha de São Paulo, Mercado, 8/08/2010.

ENGELS, F. Esboço de uma crítica da economia política. In: NETTO, J.P. (org.). *Engels*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

HERNANDES, R. Nossas campeãs mundiais. Retrato do Brasil. São Paulo, nº 30, p. 9-11, jan. 2010. In: MACIEL, D. Melhor impossível: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o governo Lula. *Revista Universidade e Sociedade*. São Paulo, nº 46, p. 120-133, jun. 2010.

LENIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

LUCE, M. La expansión del subimperialismobrasilenõ. La política de integración Del gobierno Lula em América Latina. (In) *Patria Grande*. Ano 1. Nº 9, p. 48-67, 2008.

*LULA encontra Hugo Chávez esta semana*. Terra Notícias, 25 abr. 2010. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias>>. Acesso em: 08 ago. 2010.

MACIEL, D. Melhor impossível: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o governo Lula. *Revista Universidade e Sociedade*. São Paulo, nº 46, p. 120-133, jun. 2010.

MARINI, R. M. *Subdesarrollo y revolución*. 5ª Ed. México: Siglo XXI Editores, 1974. Disponível em <<http://www.marini-escritos.unam.mx>>. Acesso: 15 jul. 2010.;

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

*NACIONALIZAÇÃO do gás pôs Bolívia em choque com o Brasil*. 06 dez. 2009. Disponível em <<http://noticias.r7.com/internacional/noticias>>. Acesso em 08 ago. 2010

*O BRASIL descobre a Bolsa*. Revista Exame. 24 mar. 2006. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0864/financas/m0081219.html>>. Acesso em: 09 set. 2010.

DEO, A.

PAULANI, L. Automização das formas sociais e crise. *Crítica Marxista*. São Paulo: nº 29, p. 25-31, 2009.

*PLANO diretor do mercado de capitais*. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a-bmfbovespa/plano-diretor/plano-diretor.br>>. Acesso em: 09 out. 2010.

*TEMPORADA de compras*. O Brasil vive a maior onda de aquisições de empresas de sua história – e o número de negócios vai crescer nos próximos meses. O que há por trás disso. Revista Exame, 16 nov. 2006. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0881/negocios/m0116559.html>>. Acesso em 04 ago. 2010.

---

Recebido em 2 de dezembro de 2011

Aprovado em 24 de abril de 2012